

## **ATA Nº 07/2022, DA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE RECUPERAÇÃO DOS BENS AMBIENTAIS LESADOS (CRBAL)**

No dia 10/01/2022, às 14h, conforme convocação via e-mail efetuada dentro do prazo regimental, reuniram-se em evento virtual, sob a presidência do primeiro, os conselheiros Márcio Fernando Nunes – secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, Norberto Ortigara – secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Everton Luiz da Costa Souza – diretor-presidente do Instituto Água e Terra, Nelson Luiz Gomez – presidente do Instituto de Engenharia do Paraná, Marcos Domakoski – presidente do Movimento Pró-Paraná, e Maurício Kalache – procurador do Ministério Público do Paraná, sem o exercício do direito a voto, representando o procurador-geral da Justiça, Gilberto Giacoia. A procuradora-geral, Letícia Ferreira da Silva, estava ausente por motivo de férias.

O presidente Márcio Nunes abriu a reunião saudando os presentes e colocou em discussão e votação a ata número 6, da reunião anterior, enviada aos conselheiros em anexo a convocação dessa. O conselheiro Nelson Gomez fez uma ressalva acerca do trecho que cita o uso da contrapartida por bens e serviços, no qual deveria constar que esta precisa ser aprovada pelos conselheiros. Em seguida, a ata foi aprovada por unanimidade, dispensada as assinaturas.

O presidente falou sobre o encaminhamento das sugestões visando aprimoramento da minuta do Manual Básico para a apresentação de projetos através dos editais de Chamamento Público, a apresentação para aprovação da aderência das fichas técnicas de outros programas e projetos ligados aos itens 4.2.1 e 4.2.2 do Acordo Judicial, a aprovação dos planos de aplicação, caso aprovada as aderências, de dois programas e projetos: Paraná Mais Verde (Pró-Fauna: construção e implementação de Cafs e Cetras); e Paraná Mais Verde (Patrulha Ambiental: Combate a Incêndios Florestais), e outros assuntos.

Prosseguiu, lembrando que mesmo nos colegiados de tribunais superiores, como o STJ e o STF, há divergências, e mesmo em colegiados menores como nas câmaras existe divergências, o que é algo normal de acontecer. E que por isso é muito difícil obter a unanimidade sobre todos os itens deliberados, mas que isso faz parte do processo e deve ser uma percepção geral entre os membros do Conselho. Também chamou a atenção para algumas questões ligadas à competência do Conselho, para que as deliberações se atenham a estas competências e não extrapolem abrangendo também assuntos não inerentes a este Conselho, cuja função básica é zelar pelo cumprimento do contido no Acordo Judicial com a Petrobras e transformar tudo aquilo que está no Acordo Judicial em benefício para a maioria da população, através de ações que melhorem e fortaleçam a política ambiental no Paraná. O acordo em si é frio, mas com nossa sensibilidade e conhecimento da realidade de todo o Estado precisamos interligar aquilo que está escrito às necessidades de cada região, pois muitas vezes aspectos de um programa ou projeto, se analisado individualmente, pode não atender a um determinado ponto, mas todos os programas e projetos sugeridos, se analisados no conjunto são sinérgicos e complementares, e cumprem funções ambientais que se enquadram no acordo.

A divisão entre municípios e estados, prosseguiu, foi feita pelo ser humano. Mas a fauna localizada nos corredores ecológicos ou em áreas isoladas não pode identificar se está, por exemplo, em Campo Mourão ou em Mamborê. Há casos de propriedades que estão localizadas em 4 municípios. Então a questão cartográfica não pode ser o único critério de análise ou um impeditivo. Precisamos estabelecer critérios mínimos sobre os corredores ecológicos, para que o Instituto Água e Terra (IAT), que será responsável cível e criminalmente por qualquer projeto que executar, não venha a ser acionado judicialmente, considerando o pior cenário.

Solicitou ao representante Maurício Kalache, para tomar a palavra. Ele lembrou que o Conselho é novo, que é uma novidade decidir sobre esse montante de recursos e que é um aprendizado, porque não há experiência acumulada com esse tipo de atividade e cenário. Lembrou que é muito grande a responsabilidade do Conselho em destinar recursos para projetos ambientais, baseado em fichas técnicas e planos de aplicação, mas que haverá menos risco se forem estabelecidos critérios mínimos para que cada projeto possa pleitear esses recursos. O Conselho ficará mais à vontade para decidir sobre a aplicação de recursos nesses projetos se for pré-estabelecido o que deve ter em cada projeto e em cada ficha técnica. O Gaema de Curitiba e o titular da Procuradoria de Meio Ambiente de Curitiba, prosseguiu, julgam que não havia paridade conceitual entre as fichas técnicas e as aderências ao estabelecido no Acordo Judicial. Os mesmos critérios, disse o representante, deve constar nos editais de Chamamento Público. Maurício Kalache prosseguiu dizendo que o Direito Ambiental é uma disciplina interdisciplinar, transversal, que nem sempre há convergência teórica sobre os mesmos conceitos e essa disputa precisa ser dirimida quando houver uma decisão a ser tomada. Então o Ministério Público sugere a formação de um grupo de trabalho (GT) para concretizar o conceito de corredores ecológicos no Paraná, colocando no mapa do Estado, de forma clara, as áreas abrangidas por esses corredores. São dois conceitos, prosseguiu, sobre os quais pairam dúvidas: os corredores ecológicos e os municípios de abrangência e, em segundo lugar, o que são as fichas técnicas e os planos de aplicação e o que ambos devem conter. Para ele essas questões devem ser dirimidas para que não embarquem mais as decisões deste Conselho.

O presidente agradeceu e concordou que vale à pena fazer esse esforço, mesmo que talvez não se possa chegar a um consenso sobre todos os pontos levantados. Até porque há uma dificuldade de entendimento, então esse grupo pode dar um suporte ao Conselho para a tomada de decisão nas reuniões deliberativas. Que, portanto, deve se definir melhor a questão da área de abrangência dos corredores ecológicos, para se evitar uma judicialização posterior sobre as decisões do Conselho, o que pode prejudicar a aplicação dos recursos. Mas pontuou que é muito importante colocar um prazo para se concluir esse trabalho.

E sugeriu que o Instituto de Engenharia do Paraná indique um técnico, o Movimento Pró-Paraná igualmente, e que cada uma das instituições (IAT, SEAB, Ministério Público e Procuradoria Geral do Estado) indique um servidor para que em uma semana busquem um consenso ou se há dúvidas, para que então o Conselho delibere a respeito. E que se precisar pode ser refeita a resolução SEMA/IAP, de 2009, acerca do tema, para evitar dúvidas jurídicas.

O conselheiro Marcos Domakoski lembrou que foi constituído um grupo dentro do Movimento Pró-Paraná para participar das discussões referentes aos assuntos deliberados pelo Conselho, que inclui 2 ex-governadores, o ex-presidente da OAB, 2 ex-reitores de universidades e também especialistas em meio ambiente, como o pós-doutor da área, Frederico Reichmann, e todo esse grupo que participou de uma reunião com o IAT pode ser indicado para participar do debate.

O presidente lembrou que muitos participantes podem dar margem à ineficiência, tanto esse grupo de trabalho quanto o Conselho devem ser céleres. E que no caso dos caminhões de combate a incêndios a demora pode resultar em um custo adicional de R\$ 20 milhões, devido ao prazo de vigência da tomada de preços já existente. Por isso é preciso ter celeridade.

O conselheiro Maurício Kalache levantou que o conceito acerca dos corredores ecológicos já está previsto na Lei nº 9985/2000, inciso 19, e o que precisa é implantar esse conceito no território do Paraná, indicando quais municípios fazem parte. É preciso transplantar para um documento normativo quais são os corredores e quais são os municípios de seu entorno, precisamos saber se o município tal está dentro de um corredor. É preciso, prosseguiu, concretizar no mapa quais são os corredores e quais municípios estão em seu entorno.

O presidente disse que, em seu ponto de vista, uma mata ciliar se conecta com mina d'água, com um córrego, com um rio, e nesta visão todo o território do Paraná está dentro do conceito de corredores ecológicos, pois se uma mina for contaminada estará contaminando todo o restante. Mas esta é uma visão, e que é preciso verificar qual será o entendimento do grupo. Não existe a possibilidade de um rio ser o que é se não existir os córregos e as minas d'água que o abastecem. Quanto menos áreas degradadas tivermos, melhor. Lembrou que o Conselho está deliberado sobre muitos recursos, que o Conselho já autorizou o uso de R\$ de 146 milhões e que hoje serão deliberados mais cerca de R\$ 80 milhões.

Prosseguiu o presidente lembrando que quase 200 municípios já receberam caminhões de combate a incêndios, mas que em sua visão todos os municípios deveriam ter. Porque o incêndio pega na vegetação rasteira, no mato, polui o ar, e certamente contaminará os corredores ecológicos. Mas se chegarmos à conclusão de que alguns municípios não podem receber os recursos, nós tiraremos com a maior tranquilidade.

O conselheiro Everton Souza disse que será uma discussão muito rica, que não deve gerar atrasos nem transtornos, e que para isso a Secretaria deve emitir uma solicitação formal às instituições das pessoas que compõem o Grupo de Trabalho, para dar legitimidade às propostas apresentadas. E que o grupo comece a trabalhar imediatamente.

Márcio Nunes diz que se todos concordam, o secretário executivo Eugenio Stefanelo receberá as indicações dos nomes e organiza o grupo, que até a próxima segunda-feira (dia 17) deve apresentar uma diretriz.

O secretário executivo sugeriu que já se escolhesse, na reunião, os nomes que compõem o Grupo de Trabalho (GT).

- O presidente Márcio Nunes indicou José Volnei Bisognin, diretor de Licenciamento Ambiental e Outorga do IAT;
- O conselheiro Norberto Ortigara indicou Benno Doetzer, diretor técnico da Seab);
- O conselheiro Nelson Gomez indicou Antonio Borges dos Reis;
- O conselheiro Marcos Domakoski indicou Frederico Reichmann;
- O conselheiro Maurício Kalache solicitou que o pedido seja feito via ofício, para que o Ministério Público formalize a indicação. O procurador-geral da Justiça Gilberto Giacoia, através do ofício nº 006/2022 - Gab, de 11/01/2022, indicou o procurador Alexandre Gaio.

O presidente solicitou que seja encaminhado ofício à Procuradoria-Geral do Estado, para que também indique um membro do grupo.

Em seguida, o presidente pediu se as deliberações sobre a aderência das fichas técnicas dos programas e projetos ao Acordo Judicial, bem como os planos de aplicação, que fazem parte da pauta a ser votada hoje, serão vinculadas às propostas a serem apresentadas posteriormente pelo Grupo de Trabalho e deliberadas por esse Conselho sobre os corredores ecológicos; ou se se o Conselho deve esperar primeiro o parecer do grupo para então votar as aderências.

O conselheiro Everton Souza sugeriu a votação na reunião de hoje, sendo vinculada ao parecer do Grupo de Trabalho sobre os corredores ecológicos, sendo seguido também pelo secretário Norberto Ortigara. O conselheiro Maurício Kalache lembrou que o Ministério Público não exerce voto no Conselho, mas apenas palavra, e que os projetos que forem aprovados devem passar pelo crivo posterior da decisão do GT.

Em seguida, a pedido do presidente, o conselheiro Everton Souza discorreu sobre as conversas prévias do IAT com os demais órgãos e instituições que fazem parte do Conselho, em relação à aderência dos projetos e os respectivos planos de aplicação. Que recebeu as sugestões do IEP e do Movimento Pró-Paraná, estabelecendo uma linha de corte em relação aos municípios que receberão equipamentos da Patrulha Ambiental, pois os municípios maiores que têm Corpo de Bombeiros não teriam tanta necessidade de caminhões de combate a incêndios. Já na reunião com a Procuradoria-Geral do Estado, surgiram dúvidas sobre a aderência dos projetos no item 4.2.1 do Acordo Judicial, por isso é importante incluir a PGE no Grupo de Trabalho sobre os corredores ecológicos.

Tomou a palavra o conselheiro Nelson Gomez, ressaltando que as reuniões prévias foram proveitosas, sugeriram que os caminhões-pipa podem não ter tanta utilidade em alguns municípios maiores e que os equipamentos poderiam ser enviados aos municípios menores. Citou os exemplos de Curitiba, Londrina, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Araucária, que teoricamente não precisariam do equipamento.

O conselheiro Marcos Domakoski reforçou que não haveria muita utilidade no uso desses caminhões para os municípios grandes acima citados, e que seria

melhor entregar dois caminhões de combate a incêndios a municípios menores. E lembrou que na reunião prévia, o Movimento Pró-Paraná e o IAT contou com as participações dos ex-governadores Mario Pereira e Orlando Pessutti; dos ex-reitores Arnaldo Ribeiro (Unicuritiba e Evangélica) e Zaki Akel (UFPR), e do ex-presidente da OAB-PR José Lucio Glomb, tendo sido muito proveitosa.

Também salientou que é preciso manter e fiscalizar o trabalho dos Centros de Atendimento à Fauna Silvestre que forem criados, para que não sejam investidos recursos em estruturas ineficazes ou sem a prestação dos serviços.

O presidente Márcio Nunes lembrou que os caminhões de combate a incêndios são muito importantes para os municípios pequenos, que dão agilidade no combate aos incêndios e que concorda com a sugestão dada pelo IEP e pelo Pró-Paraná. E sugeriu que a linha de corte dos municípios seja uma população acima de 200 mil habitantes. Mas ressaltou que mesmo cidades grandes, como Maringá, pleiteiam os caminhões, em função dos programas ambientais em andamento estabelecidos pelas prefeituras.

O diretor de Licenciamento Ambiental e Outorga do IAT, José Volnei Bisognin, garantiu que todas as instituições que participam dos convênios para Cetras e Cafs passam por escrutínio (são peneiradas), seguem critérios pré-estabelecidos por convênios e todas as normas legais. O diretor de Políticas Ambientais da Sedest, Rafael Andreguetto, lembrou que os Cetras e Cafs estão inseridos dentro do item 4.2.1, pois a fauna faz o transporte dos genes, das sementes, de um local para outros. E que para ter a conservação da biodiversidade é fundamental ter essas estruturas. Mencionou, ainda, que os Centros estarão próximos a áreas de conservação, para que haja a soltura posterior dos animais em áreas protegidas, para que eles possam assim cumprir com sua função dentro da natureza.

O presidente Márcio Nunes lembrou que são sete grandes linhas de programas e projetos criados pela Sedest/IAT, e que os Cafs e Cetras fazem parte e devem ser contemplados com esses recursos da conversão de multas. Prosseguiu dizendo que brevemente ele não estará mais como secretário, mas que os programas estarão vigentes, e que os recursos provenientes de multas precisam ser voltados a eles.

Sobre o i9 Ambiental, o conselheiro Everton Souza lembrou que é preciso melhorar urgentemente a infraestrutura do IAT, que a renovação tecnológica está literal no item 4.2.2 do Acordo Judicial, e o que precisa é o IAT indicar quais são os pontos que precisam ser atendidos mais rapidamente. Citou como exemplo a aquisição de laptops para as equipes, impressoras, celulares, drones, tanto para fiscalização, quanto para licenciamento ambiental. E que os recursos podem ser também utilizados, por meio de convênio, para melhorias nos sistemas tecnológicos do Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná (Simepar).

O presidente Márcio Nunes salientou que os investimentos deliberados agora pelo Conselho, muitos deles ficarão prontos apenas em dois ou três anos, pois exigem processo licitatório, construção de estruturas, entre outros itens.

Em seguida, o presidente abordou o item referente ao projeto Rio Vivo, programa Água no Campo, que trata da perfuração de poços artesianos e fornecimento de

equipamentos correlacionados, que também há dúvidas se enquadra no item 4.2.1. Explicou que quando não tem água na propriedade rural, os animais entram no mato atrás das minas da região para buscar água, contaminando assim as nascentes, e por consequência os córregos e rios, animais silvestres, aves, etc. E ainda informou que uma mina d'água, por exemplo, dá 10 litros de água por minuto, e quando tratada e recuperada passa a dar 100 litros de água por minuto, multiplicando por 10 vezes a sua capacidade.

Em seguida, colocou em votação a aderência dos 4 programas e projetos anteriormente citados, tendo sido aprovada por unanimidade.

Também foram apresentados pelo diretor Administrativo e Financeiro do IAT, Eder Rogério Stela, os planos de aplicação dos programas Patrulha Ambiental (Caminhões para Combate a Incêndios Florestais) e Pró-Fauna (Construção e Implementação de Cafs e Cetras), dentro do item 4.2.1. Sobre a Patrulha Ambiental, discorreu que a metodologia passa pela análise dos municípios, assinatura do convênio, emissão do empenho e contrato de compra, disponibilização dos veículos e fiscalização. Que a compra é feita por licitação e que já há uma ata de registro de preços vigente até o final deste mês. E que os pedidos protocolados já foram analisados e atendidos, conforme documento anexo a esta ata, totalizando um investimento de R\$ 40 milhões.

Em seguida o presidente colocou em votação o plano de aplicação da Patrulha Ambiental, tendo sido aprovado por unanimidade.

Na sequência, a bióloga e chefe do Setor de Fauna do IAT, Paula Vidolin, apresentou o plano de aplicação do programa Pró-Fauna, num investimento de R\$ 30 milhões. Explicou que a proposta prevê a implantação de novos Cetras e apoio a Cafs já existentes, e que a metodologia para a escolha dos locais parte de autos de infração da polícia ambiental e do próprio IAT, consideradas áreas com maior criticidade, além de titularidade das áreas. O primeiro Cetras será em Curitiba, dentro do espaço do Iraí; seguido de Londrina; Cetras Litoral, com atendimento também à fauna marinha; Ponta Grossa; Francisco Beltrão ou Foz do Iguaçu; e Guarapuava. E essas unidades atenderão corredores ecológicos e áreas de conservação. E também que será feito um Acordo de Cooperação técnica com o Ibama para utilização de um software de monitoramento, o que facilita o fluxo de informações e a rastreabilidade dos animais.

O presidente Márcio Nunes parabenizou a servidora pela apresentação e pelo trabalho realizado na área, e disse que o Paraná está muito bem, mas que quer ser um exemplo para todo o Brasil na questão da sustentabilidade, e a proteção à fauna faz parte desse conceito. E que a segurança demonstrada na apresentação, bem como todo o trabalho realizado no IAT na proteção à fauna, dá a segurança de estarmos no caminho certo. Em seguida, o presidente colocou em votação o plano de aplicação do programa Pró-Fauna, tendo sido aprovado por unanimidade.

A seguir o secretário executivo Eugênio Stefanelo tomou a palavra e informou que o presidente acabara de receber ofício encaminhado em nome do Conselho ao governo federal, respondendo ao questionamento acerca da utilização dos recursos que estão no Fundo dos Direitos Difusos em nome do Estado do Paraná, e que o documento será encaminhado aos conselheiros. O presidente solicitou ao conselheiro Maurício Kalache que faça a interlocução com a União

para que manter esse investimento no Estado do Paraná, proposta de pronto atendida pelo conselheiro. O secretário executivo também discorreu sobre o texto do ofício a ser imediatamente encaminhado as instituições dos conselheiros, solicitando a indicação de um nome para compor o Grupo de Trabalho, cuja constituição foi aprovada anteriormente, com a finalidade de aprimorar o entendimento, bem como concretizar as delimitações dos corredores ecológicos no Estado do Paraná. O presidente Márcio Nunes sugeriu que a indicação de cada participante seja feita até esta terça-feira (11/01), a inclusão no ofício de uma citação a respeito da possibilidade de se modificar a resolução existente sobre o tema, a fim de que se dê o conforto jurídico necessário para a aplicação dos recursos, bem como a dispensa da assinatura física.

O conselheiro Maurício Kalache pediu a palavra, citando que a assinatura do ofício pode ser feita digitalmente pelo presidente, ou que se delegue ao secretário executivo. E também sugeriu estender o prazo para os trabalhos do grupo e para a realização da próxima reunião extraordinária até a quarta-feira (19/01), pedido que foi acatado tanto pelo presidente, quanto pelos demais conselheiros.

Por fim, o presidente lembrou que no dia 17 abre o Orçamento do Estado para o ano 2022 e que até dia 30 é possível utilizar uma ata de registro de preços já existente para a compra dos caminhões para combate a incêndios florestais, gerando uma grande economia para o Estado.

Sem mais considerações, o sr. presidente Márcio Nunes encerrou a reunião às 16h50 e convocou nova reunião extraordinária para a próxima quarta-feira, dia 19 de janeiro de 2022, às 14 horas.